

CIES e-WORKING PAPER Nº 41/2008

**‘Viver em amor...’ ou ‘sentir-se sufocado’?
Diferenças de classe social, região e género.**

DIANA MACIEL

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Diana Maciel é socióloga e tem participado, no CIES-ISCTE, em investigações na área da família, do género e da toxicodependência. É mestranda em *Família e Sociedade* no ISCTE. Tem particular interesse por uma multiplicidade de temas inseridos na sociologia do género. E-mail: diana.maciel@iscte.pt

Resumo

Este *working paper* debruça-se sobre a conjugalidade nas famílias portuguesas e visa analisar a importância da relação conjugal para o indivíduo, como este percebe a conjugalidade nos seus melhores e piores momentos e a sua influência na construção identitária.

Desde a modernidade, ocorreram profundas transformações na sociedade contemporânea, tais como a individualização, a reflexividade e a importância do amor e das relações significativas para o indivíduo. Essas transformações culturais contribuíram para transformações sociais, designadamente a redução do número de casamentos, o aumento do número de coabitações, uma taxa mais elevada de divórcios e um menor número de crianças por casamento.

Estas transformações culturais e sociais modificaram a conjugalidade. Ter uma relação não é mais estar casado uma vida inteira, pensando a conjugalidade enquanto um estatuto e um sacrifício da identidade individual em prol do bem-estar familiar. Hoje em dia, ter uma relação conjugal é estar ligado pelo amor e pela paixão a alguém, com quem se quer partilhar a vida em simultâneo com a preservação da sua identidade pessoal. É na relação entre viver o amor e preservar a identidade individual que reside a conjugalidade, com seus problemas e ambiguidades.

Os resultados apresentados são baseados em entrevistas em profundidade em Lisboa, Porto e Leiria a casais em diferentes momentos do seu ciclo de vida e com diferentes pertenças sociais.

Palavras-chave: conjugalidade, identidade, género

Abstract

This paper is about living in couple in Portuguese families, and seeks to analyse the importance of conjugal relationships to individuals, how they perceive the conjugality in its best and worst moments and its influence in their identity construction.

Since modernity, profound transformations occurred in contemporary society, like individualization, reflexivity and the importance of love and meaningful relationships for the individual. Those cultural transformations contributed to social transformations, like the reduced number of marriages, the increased

number of cohabitation, the higher rate of divorces and the lower number of children *per* marriage.

These cultural and social transformations changed conjugality. To have a relationship is no longer being married during a lifetime, perceived as a status and a sacrifice of individual's personal identity for the sake of the well-being of the family. Nowadays, having a conjugal relationship is being linked by love and passion to a person, with whom the individual wants to share his life, while preserving his self identity. It's in this relation between living the love and preserving the individual personal identity that lays the conjugality, its problems and ambiguities.

The results presented are based on in-depth interviews done in Lisbon, Porto and Leiria to individuals who live in couple and are at different moments of their life cycle and come from different social backgrounds.

Key-words: conjugality, identity, gender

Introdução

De que modo cada indivíduo sente, vive e percebe a sua conjugalidade? Visto que a família, e neste caso, a conjugalidade, é um produto social inscrito num contexto social, histórico e cultural (Torres, 2000b), produto e produtor de mudança, as representações e práticas relativas à vida em casal também se encontram num processo contínuo de transformação. Com a modernidade, ocorreram profundas transformações na sociedade contemporânea, como a individualização, a reflexividade e a importância dada ao amor e às relações significativas para o indivíduo (Beck, 1992; Giddens, 1993; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Beck, Giddens e Lash, 2000; Singly, 1996, 2000; Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b). Essas transformações culturais e valorativas contribuíram para transformações sociais na família, nomeadamente a redução do número de casamentos religiosos, o aumento da coabitação e dos casamentos civis, do divórcio e dos filhos fora do casamento. Estas mudanças culturais e sociais transformaram as formas de viver a relação conjugal (Kauffman, 1993, 2002; Singly, 1987, 1993, 1996, 2000; Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b; Aboim, 2005a, 2005b, 2005c, 2006).

Serão essas transformações na conjugalidade sentidas e vividas de igual forma pelos indivíduos, independentemente da classe social, género e região geográfica? Sendo a vida a dois uma realidade relacional e dinâmica, serão as representações e práticas do indivíduo estanques e cristalizadas ou serão construções continuamente adaptadas e actualizadas em função da etapa do ciclo conjugal ou duração de casamento (Kauffman, 1993, 2002; Torres, 2000b, 2002a, 2002b)? Uma vez que a conjugalidade é um espaço importante de relações afectivas e pessoais, forte construtora de sentido e de identidade pessoal e social (Beck, 1992; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Singly, 1996, 2000; Beck, Giddens e Lash, 2000; Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b; Kauffman, 2002; Aboim, 2005b; Lalanda, 2005), terão as representações e práticas no que diz respeito à conjugalidade interferência na identidade individual?

Estas são as questões que norteiam este artigo, sendo que as informações utilizadas para o mesmo foram conseguidas no âmbito de vários projectos de investigação coordenados pela Professora Anália Torres, nomeadamente, “Contexto conjugal e divisão do trabalho entre homens e mulheres” (PIHM/SOC/P/15109/99), que decorreu entre 2002 e 2004, e “Trabalho, família, igualdade de género e políticas

sociais” (POCI/SOC/59932/2004), que teve início em 2005 e cuja conclusão está prevista para 2008, ambos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Nestes projectos, com uma metodologia essencialmente qualitativa, levaram-se a cabo entrevistas em profundidade, com um guião estruturado, realizadas a indivíduos no contexto do casal, pretendendo-se, desse modo, focar e tentar compreender separadamente as perspectivas feminina e masculina face às várias dimensões de análise, aqui abordada a da conjugalidade. Para além desta preocupação, e com o intuito da obtenção de uma maior riqueza de informação, entrevistaram-se indivíduos de três regiões do país: Lisboa, Porto e Leiria, na tentativa de diversificar os locais e captar a presença ou ausência de diversidade de percepções, sentimentos e práticas; em três momentos diferentes do ciclo conjugal: tempo de instalação, o tempo das mudanças e das transições, e o tempo da conformação ou da realização pessoal (Torres, 2000a, 2002a, 2002b) e de três pertenças sociais: os operários, os profissionais intermédios e os profissionais intelectuais e científicos.

Deste modo, e visando responder às questões formuladas, o artigo vai estruturar-se em duas partes essenciais: um subcapítulo de problematização teórica em torno da conjugalidade, suas construções e reconstruções sociais e culturais; e um segundo subcapítulo com a discussão analítica dos resultados da pesquisa, dividido por dois pontos. O primeiro, relativo ao sentimento de viver em amor, sua percepção e avaliação, suas influências na construção identitária, suas estratégias de lidar com o conflito e seus momentos de lazer familiar e conjugal. O segundo, que diz respeito ao sentimento de sufocar na vida conjugal, para o que se terá em conta os mesmos momentos, representações e práticas. De salientar que em ambas as representações e formas de sentir, está presente a relação entre as expectativas e o confronto com a realidade. Para finalizar, o capítulo das conclusões onde se procurará aprofundar a discussão empírica e teórica.

Viver em casal: uma problematização teórica

A conjugalidade não se encontra isolada das influências sociais, históricas, económicas e valorativas de um determinado tempo e espaço (Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b; Aboim, 2005b; 2005c). Deixa-se assim impregnar por modificações

socioculturais, de representações e práticas, encontrando-se, desta forma, num permanente processo de construção e reconstrução. O que se reflecte, na sociedade contemporânea, por uma tendência para a desinstitucionalização da vida a dois, fruto da modernidade (Singly, 1993, 1996, 2000; Kauffman, 1993, 2002; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Beck, Giddens e Lash, 2000; Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b; Aboim, 2005a, 2005c).

Modernidade essa caracterizada por uma individualização, em que o ‘nós’ é substituído pelo ‘eu’, e por uma maior reflexividade, ou seja, maior capacidade do indivíduo se pensar e analisar a si próprio e aos outros, sendo imperativa a necessidade de se conhecer e compreender (Singly, 1996, 2000; Beck, Giddens e Lash, 2000; Torres, 2000b). Para o que se torna essencial o olhar de outros, sem os quais o indivíduo não consegue construir uma imagem de si. Mas esse olhar não pode provir de qualquer indivíduo, é necessário ser um outro significativo, a quem o indivíduo atribui importância e significado, através de uma relação afectiva construída, papel assegurado pela sua vida privada, nomeadamente pelo cônjuge (Singly, 1996, 2000). E é nessa tensão entre a necessidade de relação com o outro e a necessidade de uma identidade e um percurso pessoais que se constrói a relação conjugal (Singly, 2000).

Assim, é nesta conjuntura social, cultural e valorativa, que se dá um enfraquecimento da vida conjugal encarada enquanto uma instituição matrimonial, assente na estabilidade da indissolubilidade dos laços familiares, e num estatuto social associado a uma série de papéis a cumprir, percebidos muitas vezes como grandes responsabilidades e sacrifícios em prol do núcleo familiar mas em detrimento do bem-estar individual, em que existia uma forte diferenciação de expectativas e de funções a desempenhar num casamento (Singly, 1996, 2000; Torres, 2002a, 2002b; Aboim, 2005c).

A conjugalidade já não se baseia na herança, no património ou legado a deixar aos descendentes, mas sim no sentimento de partilha, de intimidade, de desvendamento mútuo e desejo de estar junto (Singly, 1996, 2000; Beck, Giddens e Lash, 2000; Torres, 2002a, 2002b; Aboim, 2005c). As relações passam então a estar mais centradas no bem-estar emocional, no cariz relacional e afectivo e na paridade entre os indivíduos (Aboim, 2005a). Não mais o bem-estar do grupo é superior ao bem-estar individual, levando a que tenha de existir harmonia no casal na perspectiva de cada um dos seus elementos, e não só a harmonia no seu todo. No entanto, esse sentimento de harmonia não se afigura

fácil de atingir. Uma vez que com o desenvolvimento económico e as relações de mercado, na sociedade contemporânea, que generalizam a impessoalidade nas relações, a necessidade de relações pessoais e afectivas significativas e de profunda interpenetração intensifica-se (Torres, 2000b). Dá-se assim uma maior valorização do amor na escolha do cônjuge e nas decisões de início, manutenção ou ruptura de uma relação (Singly, 1996, 2000; Beck, Giddens e Lash, 2000; Torres, 2002a, 2002b). E essa relevância dada ao amor origina a busca pela compreensão e entendimento totais e mútuos, o que origina o paradoxo da sociedade contemporânea. O indivíduo possui uma maior liberdade e independência na escolha do cônjuge, mas dada a impessoalidade das relações, ele alimenta também maiores expectativas de partilha, compreensão e simbiose perfeitas entre os dois parceiros conjugais, o que revela difícil a concordância entre as expectativas e a realidade, originando maiores desilusões e maior instabilidade relacional (Torres, 2000b).

No contexto destas transformações sociais, culturais e valorativas, o amor torna-se a legitimação para a relação conjugal e para a própria existência do indivíduo, revelando-se a religião secular da modernidade (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Torres, 2000b). Para Giddens, o amor foi primeiro teorizado enquanto *pure relationship*, em que não existem mais imposições sociais à relação, sendo os parceiros conjugais os únicos implicados nas decisões relativas à relação; e depois *confluent love*, em que existe uma tendência para que o domínio amoroso e afectivo não pertença já única e exclusivamente à mulher, mas a ambos, revelando a tendência igualitária da modernidade (Giddens, 1993; Torres, 2000b).

Torres defende o amor-construção, em que o amor não é um sentimento imutável e estático ao longo de toda a relação, mas sim um processo em que o amor e/ou paixão que o indivíduo sente pelo parceiro conjugal no início da relação constrói-se e reconstrói-se. Deste modo, o amor pode adquirir a forma de um sentimento mais estável e menos entusiasmante de companheirismo e solidariedade, em que se dá uma desidealização do parceiro, em que ele se vai tornando menos inovador mas também mais próximo; ou pode definir e cristalizar conflitos, distâncias e tensões entre os parceiros. Uma vez que só o amor não é suficiente para a manutenção de uma relação conjugal, apesar de ser condição suficiente para a decisão de partilhar uma vida (Torres, 2000b, 2002b).

Kauffman (1993, 2002) também defende a relação amorosa enquanto uma viagem pelos sentimentos do indivíduo. O início é marcado pela incerteza e descoberta do outro e do próprio indivíduo no olhar do outro, uma perturbação e agitação do ser, que, no processo de conhecimento do outro e de si na relação com o outro, entram na aventura intensa e ambígua da definição e redefinição mútua de identidades que irá estabelecer progressivamente as regras, hábitos, papéis e práticas da futura relação. Depois dessa definição, a relação conjugal entra na fase do conforto, material, mas principalmente identitário, com o conhecimento do que o outro e o próprio indivíduo são na relação conjugal, o que podem esperar e o que poderá ser feito do e no futuro. No entanto, esse conforto, tal como avançado por Torres, traz consigo uma diminuição do inesperado, uma diminuição da liberdade em prol do aumento da segurança, podendo também fazer surgir uma nostalgia do imprevisível (Kauffman, 1993, 2002; Torres, 2000b, 2002b). E nesse conforto conjugal estabelece-se um paradoxo, próprio das sociedades contemporâneas, entre a necessidade de construir a sua identidade e individualidade e a necessidade de viver o amor, que, por sua vez, constitui a negação do seu 'eu' em prol do 'nós'. Deste modo, os indivíduos começam a demarcar as suas fronteiras, a construir os seus espaços pessoais, pensamentos íntimos e projectos próprios, dando azo a uma nova forma de viver a conjugalidade, diferente do sentimento apaixonado do início da relação, em que cada um tenta preservar o seu eu conjugal mas também o seu eu íntimo, o que, no entanto, pode gerar contradições, como o surgimento de uma nova paixão. Isto porque com o aumento de autonomia entre os indivíduos, há a tendência para uma percepção crítica do presente, sobrevalorizando a insatisfação perante a rotina e perante a suavização do sentimento, tornando a relação mais tensa e conflituosa, com falhas comunicacionais, sentimentais, emocionais e sexuais (Kauffman, 1993).

Esta interconexão entre o indivíduo na relação conjugal e a necessidade da construção da sua identidade pessoal e individual vai ganhando contornos diferentes ao longo da vida conjugal. Em que a própria conjugalidade é um importante construtor de sentido e de identidade para o indivíduo (Kauffman 1993, 2002; Singly, 1996, 2000; Torres, 2002b), visto o parceiro ser alguém a quem o indivíduo atribui importância e significado e ao lado de quem vive uma relação e uma vida, ou parte dela.

Assim, cada indivíduo deve ajudar o outro na construção do seu 'eu' e na construção da sua percepção do mundo e dos outros, e não obstaculizar o processo de

construção da identidade pessoal (Singly, 1996, 2000; Torres, 2002b). Assim, a vida a dois consiste num equilíbrio difícil, tal como já explicado por Kauffman, entre dois extremos: um excessivo fechamento e isolamento em si e uma excessiva dedicação ao outro, devendo satisfazer as necessidades relacionais e afectivas do indivíduo, mas também a autonomia individual (Kauffman, 1993; Singly, 1996, 2000). Como, aliás, defende Singly (2000: p. 16), “a relação amorosa ou afectiva é vista como um espaço favorável à revelação progressiva da identidade pessoal, não devendo assim sufocar. Cada um busca a fórmula mágica que lhe possibilite ser ‘livre junto’”.

No entanto, o processo de construção identitária, para o indivíduo e em relação com o cônjuge, ainda não se reveste de contornos iguais consoante o género (Singly, 1996, 2000; Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b), como aliás é destacado por Kauffman (1993: p.3) ‘si les hommes et les femmes ne parlent pas de la même manière, c’est parce qu’ils n’occupent pas la même position dans le couple’. Assim, é ainda actualmente mais difícil para a mulher, em contexto conjugal, conseguir um processo identitário seu, potencializado pelo cônjuge, e não imposto ou enfraquecido pela conjugalidade e suas significações sociais e culturais (Singly, 1987, 1996, 2000; Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b).

Porém, mesmo assim, na modernidade assiste-se a uma tendência igualitária de género, nomeadamente com a passagem de mulher-natureza para mulher-indivíduo (Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b), em que a mulher não mais é encarada única e exclusivamente enquanto mãe e esposa, mas já enquanto um ser autónomo, capaz de tomar decisões sobre o seu percurso e de, sozinha ou juntamente com o marido, exercer as funções de provedor da família, conseguindo desta forma construir de forma directa a sua identidade pessoal e social e não de forma mediada, como sucedeu até à década de 60 do século XX (Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b; Singly, 1987, 1993, 1996; Beck e Beck-Gernsheim, 1995). Nas palavras de Singly (2000: p. 16) ‘o amor, conjugal ou maternal, não justifica mais (ou, para ser mais exacto, justifica menos) o retraimento da mulher da cena social e pública. Ele não deve mais transformar o laço de dependência afectiva em um elo de dependência social e económica’.

Efectivamente, homem e mulher tornaram-se dois seres independentes e capazes de se sustentarem economicamente. Porém, enquanto o homem desenvolvia as suas capacidades profissionais na construção de uma carreira, sua forma de demonstrar amor pela família, e a mulher tratava do lar e da família, sem nenhum dos mundos se tocar, tal

como defendido por Parsons numa visão institucional da conjugalidade, a coesão familiar mantinha-se mais ou menos intacta, mesmo que à custa dos seus processos identitários (Beck e Beck-Gernsheim, 1995). Mas, ao verem-se como indivíduos iguais, originou-se o conflito, porque a mulher não mais sente ter de se submeter e sujeitar. Quanto mais as mulheres têm sonhos e objectivos próprios, menos aceitam que estes não se realizem (Beck, 1992; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Singly, 1987, 1993, 1996, 2000; Torres, 2000b). Ambos os géneros encontram-se assim presos dentro numa prática de divisão tradicional dos papéis sexuais, mas com representações de igualdade.

Enquanto que a emancipação da mulher se concretiza com a independência económica, através da entrada no mercado de trabalho, e conseqüentemente um maior poder de decisão, do acesso à educação, medidas de contracepção e planeamento familiar (Beck, 1992; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Singly, 1987, 1993, 1996, 2000; Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b), a libertação do homem é passiva, oferecida pela libertação da mulher. Consiste num forçar a sua renúncia ao monopólio do poder no trabalho e abrindo as portas de casa. O que lhe pode provocar confusão, vazio e perda identitária, aprofundando ainda mais o conflito (Beck e Beck-Gernsheim, 1995).

Segundo Giddens (1993), verifica-se a existência de uma geração pioneira de mulheres, que se afastam do modelo vivido pelas suas mães, muito ligado à maternidade e ao casamento enquanto alicerces da sua construção de identidade, mas sem abandonar totalmente a feminilidade nem adoptar por completo o modelo masculino. Deu-se a morte de uma representação social de mulher apenas dedicada ao trabalho doméstico e à família e o nascimento de uma nova representação. Mas não sem contradições, sem ruptura, sem sentimentos paradoxais de que o seu comportamento não mais deve ser pautado única e exclusivamente pela devoção, abnegação e esquecimento de si em prol dos outros. Não mais a sua identidade, o seu eu feminino, se baseia primeiramente em relação directa com os outros, com as suas necessidades e desejos, mas sim começa por si mesma, olhando para si. Contudo, continuam a sentir a necessidade de manter um certo altruísmo, como forma de demonstrar a sua feminilidade, demonstrar que continuam mulheres.

Os homens vêem-se, pela primeira vez, também frente à necessidade de descobrirem a sua masculinidade. Não mais são exclusivamente eles a fazerem história, o que os leva a uma procura identitária, por vezes, problemática. Sempre procuraram a construção de uma identidade individual no trabalho e na consecução de uma carreira

profissional, falhando no que se refere ao conhecimento do passado e de si próprio para agir em conformidade no futuro. Para esta ligação e conhecimento afectivo e emocional e conquista da sua identidade apoiavam-se na mulher, tornando-se dependentes (Giddens, 1993). O homem encontra-se então perante um dilema. Porque se continuar a agir como tem feito desde sempre, será acusado de chauvinismo e sexismo. Porém, se deixar completamente de agir segundo os padrões tradicionais, sem procurar realizar-se profissionalmente através de uma carreira de sucesso, sem estatuto ou poder, pode descobrir que se tornou invisível, encarado como imaturo, cobarde, fraco, um falhado, e desvalorizado quer pelas mulheres quer pelos outros homens. Deste modo, a libertação do homem é interior, em oposição à mulher (Giddens, 1993, Beck e Beck-Gernsheim, 1995).

Estas rupturas, reconstruções e recomposições culturais, valorativas e identitárias não se processam, contudo, de forma brusca. Trazem consigo dificuldades, dúvidas, inquietações e a coexistência de uma grande multiplicidade de formas de conjugalidade (Aboim, 2005a, 2005b, 2005c, 2006; Torres, 2000a, 2002a, 2002b).

Segundo Torres (2000a, 2002a, 2002b), umas aproximam-se de uma visão mais institucionalizada da vida em casal, característico de casais operários e alguns profissionais intermédios, meios mais tradicionais, com duração de casamento superior a dez anos, ou seja, em que os indivíduos iniciaram a sua vida em casal com um contexto cultural, social e valorativo mais conservador. Assim encaram o casamento ainda enquanto instituição a preservar a todo o custo e sacrifício, como forma de assegurar descendência e a passagem do património. É sentido enquanto objectivo social de qualquer indivíduo, mais ainda das mulheres, tendo-lhe associados direitos, deveres e responsabilidades. Existe no seu seio uma divisão clara e tradicional dos papéis, em que a mulher desempenha as funções expressivas e o homem as instrumentais, tal como definido por Parsons (idem).

Outras revelam uma perspectiva mais fusional da conjugalidade, principalmente operários e profissionais intermédios jovens casados há menos de dez anos, e alguns profissionais intermédios e intelectuais e científicos com mais de dez anos de casamento. Revelando ter cariz um pouco mais moderno, mais relacional e romântico, não tão ligado ao estatuto de ser casado, mas mais encarada como um projecto a dois, em que mais do que a passagem de património, aparece como principal objectivo do casamento a partilha de uma vida, de uma experiência, de um caminho, sendo os filhos

um fruto desse amor. A diferenciação de papéis decresce, mas continua assimétrica (idem).

Por fim, e em profundo contraste com a percepção institucionalizada do casamento e mais igualitária do que a fusional, surgem as conjugalidades associativas, comuns entre profissionais intelectuais e científicos, tanto mais comum quanto mais jovem for o casal. A relação conjugal é concebida então enquanto uma associação de duas pessoas com objectivos, direitos e deveres autónomos, e em que o eu e a realização do indivíduo se sobrepõe ao nós e à harmonia familiar. Isto porque o casamento já não é mais a única forma de construção identitária. O que leva a que, pelo menos ideologicamente, os papéis devessem ser mais indiferenciados. No entanto, a prática familiar e conjugal continua a revelar-se diferenciada consoante o género do indivíduo (idem).

Posteriormente, Aboim (2005b, 2005c, 2006) defende a existência de seis tipos de dinâmicas de interacção conjugal: paralela, paralelo familiar, bastião, fusão aberta, confluyente, e associativa. As famílias paralelas caracterizam-se por uma separação total, real e desejada, de práticas: lazer, diálogo, rotina doméstica, dinheiro, amigos. A esta separação subjaz uma diferenciação de género, tendo o homem actividades individuais e a mulher actividades maternais. Aqui a autonomia conseguida pelo indivíduo não se deve a uma visão moderna de conjugalidade, em que o espaço identitário pessoal é muito importante, mas devido à diferenciação de género. A dinâmica paralelo familiar já se define por uma atenuação da separação das práticas, no entanto ainda presente na diferenciação de género na divisão do trabalho e das actividades, em que a autonomia é conseguida no masculino, e um simultâneo desejo de fusão, em que o ideal romântico se faz sentir nas mulheres. Na dinâmica conjugal bastião, as diferenças de género não são já só nas práticas, reflexo de responsabilidades e competências, são também diferenças identitárias, de projectos e aspirações, que conferem complementaridade no sentimento amoroso, sendo que o casamento é aqui encarado enquanto uma instituição espiritual. Aqui a diferenciação de práticas existe, já não no sentido de abertura ao exterior, mas com cariz de grande fechamento, sendo materializável na divisão do trabalho. A fusão aberta destaca claramente, na relação conjugal, a intimidade afectiva e os laços sentimentais, fruto de grande comunicação e cooperação num quotidiano de trocas emocionais muito intensas. A concepção de género tendencialmente seria paritária, mas a mulher transparece uma menor autonomia. A dinâmica confluyente estrutura-se em

torno da igualdade conjugal na rotina quotidiana do lar, e para além da importância da troca emocional e afectiva, da partilha e do desvendamento mútuo, assenta também na partilha de ideais, valores e projectos, nomeadamente o familiar. Por fim, a associativa concilia a partilha afectiva, de ideais e projectos com a preservação do espaço identitário do indivíduo, quer seja homem ou mulher, fruto de uma percepção de género paritária, aliada a uma delegação do trabalho doméstico à empregada doméstica.

Apesar do conhecimento de teorias respeitantes à referida multiplicidade de formas de conjugalidade, das quais se deu dois exemplos, não se pretende neste artigo explorar analiticamente essa perspectiva da vida em casal, mas sim, a nível exploratório, a relação entre o sentimento perante a conjugalidade, a percepção e práticas do indivíduo sobre e na sua vida conjugal e a construção e reconstrução da sua identidade pessoal. Seguindo esta linha de raciocínio, a análise será feita tendo em consideração as durações de casamento, dada a sua relevância teórica e analítica, uma vez que, sendo a relação conjugal construtora de uma realidade simbólica, também o é de uma realidade material, que na relação familiar com o cônjuge e com os filhos interpela e constrange o indivíduo (Torres 2000a, 2000b, 2002a, 2002b). Deste modo, a vida conjugal constrói-se numa sucessão de fases que, para além de composições e recomposições identitárias e psicológicas, trazem consigo novas condições e realidades materiais, como por exemplo o número e a idade dos filhos e a forma como o indivíduo se encontra inserido no domínio profissional, que darão novos contornos a escolhas, acções e decisões, umas vezes enquanto estratégias de trajectória pessoal e familiar, outras por imposição externa ao indivíduo ou mesmo ao núcleo conjugal e familiar (idem).

Assim, dividiu-se os casais em três grupos. Os casados há menos de dez anos, inscritos no tempo de instalação, período inicial do casamento, de adaptação, ajustamentos e cedências, mas também de conflitos e confrontos, onde a relação entre expectativas e a realidade desempenha um importante papel. É neste período que se percebem os processos de transformação, ao nível identitário e relacional, trazidos pela vida conjugal e pela parentalidade. Sendo importante realçar simultaneamente a interferência das exigências profissionais e os próprios efeitos geracionais e de contexto, ou seja, são, no geral, indivíduos jovens, com representações mais ‘modernas’ perante a conjugalidade, fruto das transformações sociais e culturais mencionadas ao longo deste capítulo (idem).

Os casados há mais de dez mas há menos de vinte anos, estão inseridos no tempo das transições e das mudanças, que constitui um ponto de chegada para uns e um ponto de partida para outros, em termos de mobilidade social. Com os filhos já menos dependentes, e já uma história e memória de relação, é neste período que se perspectivam e planeiam mudanças. Mudanças profissionais, para os homens; e aprofundamento da formação escolar e a possibilidade de uma maior dedicação à actividade profissional com vista à progressão, para as mulheres (idem).

Por fim, os casados há mais de vinte anos incluem-se no tempo da conformação ou da realização pessoal, em que se dá uma estabilização da relação conjugal, por vezes com a sensação positiva de realização individual, conjugal, familiar ou profissional, outras vezes com grande sentimento de insatisfação que contudo é esbatido pela conformação. Nesta fase os filhos vão-se autonomizando e os caminhos essenciais no percurso de trabalho foram já traçados. Mais uma vez se sublinha a importância dos factores geracionais e dos contextos sociais aquando da formação do casal, sendo nestes indivíduos mencionados acontecimentos conjunturalmente muito marcados, como a guerra colonial ou o 25 de Abril de 1974 (idem).

Desta forma, e considerando estas importantes influências e cambiantes culturais, valorativas, sociais e materiais na vida conjugal, terão os indivíduos casados há mais de vinte anos uma percepção do seu casamento mais tradicional, em que ganha peso importante o estatuto de ser casado e se olha para a relação enquanto algo a preservar mesmo que com sacrifício pessoal? Terão os casais mais jovens uma visão mais apaixonada e romântica da sua relação, estando os sentimentos em destaque?

Visto que, em maior ou menor grau, os papéis no seio familiar e conjugal, desempenhados pelos homens e pelas mulheres são ainda tendencialmente diferentes (Giddens, 1993; Kauffman, 1993, 2002; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Singly, 1987, 1993, 1996, 2000; Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b; Aboim, 2005a, 2005b, 2005, 2006), terão as mulheres uma perspectiva mais romantizada da relação enquanto os homens uma perspectiva mais distanciada, com desejo de maior espaço identitário?

Considerando a diversidade regional da informação disponível, e os contrastes regionais, no que se refere a representações culturais, sociais, valorativas e consequentes práticas no que respeita à conjugalidade, que apontam para um Norte mais religioso e conservador e um Sul mais laico e reflexo da modernização (Aboim, 2005a), terão os casais do Porto uma perspectiva mais tradicionalista da conjugalidade, com maior

segregação de papéis entre homens e mulheres e a concepção do casamento enquanto uma instituição a proteger em detrimento do bem-estar individual, por oposição aos casais de Lisboa, com uma percepção mais moderna do casamento enquanto reflexo de um amor que se não resultar para ambos há ruptura?

Por fim, e tal como defendido por Torres (2000a, 2002a, 2002b), terão os operários essa perspectiva institucionalizada do casamento, em contraste com os profissionais científicos e intelectuais, mais modernos na suas representações e práticas de conjugalidade?

Há que referir apenas, para terminar, que estes diferentes níveis de análise: duração de casamento, género, região e classe social, não são estanques e separáveis na realidade social, interpenetram-se e influenciam-se permanentemente, pelo que será de esperar cambiantes, combinações e entrosamentos diferenciados entre si.

Análise empírica

A análise empírica funda-se na já referida relação entre o sentimento perante a conjugalidade e a construção identitária, visto a importância do outro significativo no processo identitário do indivíduo, no qual se olha, avalia e reconstrói (Singly, 1996, 2000; Torres, 2002b). Em que moldes esse sentimento e representação da sua conjugalidade influencia o processo identitário do indivíduo e que consequências essa influência tem no quotidiano conjugal, nas práticas do casal no dia-a-dia, nas suas estratégias de lidar com o conflito e nos desejos, queixas e anseios.

No entanto, é importante, desde já, realçar a complexidade do real, em que percepções, sentimentos e avaliações não são algo rígido e estanque, mas antes fluido e temporalmente marcado por conjunturas sociais, económicas e emocionais, ao longo de toda a conjugalidade, mudando-se e reconfigurando-se (Kauffman, 1993, 2002; Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b; Lalanda, 2005). Estas marcas e conjunturas influenciam o sentimento perante a conjugalidade que, por sua vez, influi a construção da identidade pessoal. Para além da importância deste cariz relacional e dinâmico da conjugalidade que confere um aspecto fluido e em permanente construção e reconstrução à percepção da vida em casal por parte do indivíduo, é importante também sublinhar o papel desempenhado pelo jogo entre as expectativas anteriores ao casamento e a realidade.

Na análise das entrevistas recolhidas, houve então a distinção entre dois pólos opostos, o que, no entanto, não se pretende que colida com o dito anteriormente. Ou seja, apesar de se destacar a conjugalidade perante essas duas formas distintas de a olhar e entender, esses dois estados, conjunturais, circunscritos no tempo e em contínua reconfiguração, são como que os pólos de um continuum, em que muitos entrevistados se colocam na área cinzenta, aproximando-se contudo mais de um do que de outro.

Deste modo, existem duas formas opostas, mas não mutuamente exclusivas, de se sentir a conjugalidade: o viver em amor e o sentir-se sufocado. Sendo que o primeiro se caracteriza pela visão da vida a dois enquanto uma conquista recompensadora e propiciadora de realização pessoal e de felicidade, com uma conseqüente construção ou recomposição identitária positiva, apesar de dificuldades (nem sempre no seio da relação conjugal, podendo assumir cariz profissional, financeiro e/ou parental), que são ultrapassadas a dois reforçando e fortalecendo a própria relação, com forte papel desempenhado pela partilha, apoio, amor e companheirismo. Já o sentir-se sufocado define-se por o indivíduo sentir a conjugalidade enquanto uma prisão, um conflito latente ou não, uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades ou ainda uma invasão do seu espaço físico e/ou identitário, que não vê recompensado depois o seu esforço e sacrifício na relação.

Viver em amor...

No sentimento de viver em amor, em que este sentimento bem como a partilha de uma vida e do quotidiano, de sentimentos, projectos de vida e percepções do mundo ganham importante destaque, é muito visível a primazia dos casais com menos de dez anos de casamento, em que os sentimentos são ainda mais exacerbados, tal como Torres (2000b, 2002b) havia destacado no amor-construção, em que a forma de se olhar e sentir o outro vai evoluindo de uma paixão ou amor para um maior companheirismo, sem a surpresa e o imprevisível dos primeiros tempos de relação, no sentido também dos ciclos conjugais de Kauffman (1993, 2002). Para além da importante influência das transformações culturais da modernidade, mais sentidas nos casais jovens (a realçar aqui factores geracionais), que trouxe um maior ênfase aos sentimentos de amor e paixão (Giddens, 1993; Kauffman, 1993, 2002; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Torres, 2000b,

2002b). É mais referido por mulheres do que por homens, principalmente por profissionais intelectuais e científicos, em que não aparecem de todo indivíduos de Leiria, destacando-se portanto Porto e Lisboa.

Edite Lourenço, do Porto, licenciada, professora do 2º ciclo, de 32 anos, casada há nove, revela que, apesar de o marido não ter tido pressa em casar e considerar que ele não lidou bem com o facto de agora ter de partilhar, ter de dizer onde vai, pensa que todas as relações acabam por ter aspectos de que um deles não gosta particularmente, sendo que o mais importante é sem dúvida os momentos positivos que a relação conjugal lhe proporcionou:

“Os mais positivos... eu acho que são todos os dias, não é, porque a pessoa quando chega ao fim do dia e sente-se bem e vê a outra pessoa e sente-se feliz por a ver, são sempre momentos positivos, não é, agora assim aqueles que marcaram mais se calhar o nascimento das meninas, sem dúvida é o fruto daquilo que nós sentimos um pelo outro, sem dúvida”.

O marido considera importante o tempo e o espaço de Edite para si própria, mas é ela que muitas vezes se sente culpada quando tira um pouco do seu tempo à família, preferindo deste modo dedicar-se ao convívio familiar, indo às compras e visitar a família. Confessa que a frequência de tensões entre eles diminuiu bastante, embora anteriormente também não fossem muitas, actualmente ainda dão menos importância. Se pudesse mudar alguma coisa, mudava a forma do marido ver algumas coisas, de forma a estarem mais em concordância.

Clara Farinha, de Lisboa, licenciada, jurista de 33 anos, casada há sete, diz que os melhores momentos da sua relação são os de partilha e compreensão total com Vicente. Nas suas próprias palavras:

“(...) houve momentos, aqueles momentos em que uma pessoa sente de partilha total que não acontece sempre, não é? Que acontece lá muito de vez em quando... de total, de compreensão absoluta”.

Chegando a confessar que, com o casamento, tornou-se muito mais confiante, devido também à força que a relação vai ganhando com o tempo e também no que se refere à actividade profissional que no início estava repleta de dúvidas que se vão dissipando. O que reenvia para o que Torres (2000a, 2002a, 2002b) destaca no tempo de instalação, com todas as adaptações ao outro, à vida em comum, mas também às exigências profissionais do início de uma carreira. Gostava de passar mais tempo com o

marido mas a pessoa com quem sente mais saudades de estar é com ela, revelando aqui realmente a complexidade da realidade em que os sentimentos não são estanques, tendo momentos que se interpenetram o sentimento de amor com o de invasão do seu espaço identitário, voltando este caso a ser analisado no sentimento de sufoco.

Helena Gomes, do Porto, licenciada desempregada, de 29 anos, casada há quatro, afirma que o casamento se deu depois de criadas algumas condições económicas que permitiram a compra de uma casa. O mais positivo, para ela, é sem dúvida o viver em amor e o ser mãe que despertou algo muito intenso em Helena e em Alexandre.

“Os aspectos mais positivos (pausa) é viver em amor, é ter a noção que somos amados todos os dias por pequeninas coisas, esse será o aspecto mais... e que se vê, que se vê se calhar nas nossas caras porque quem está a ver de fora tem uma boa imagem e dizem vocês ficam tão bem e tinham tudo a ver e portanto há essa noção de ser amada que é muito bom e depois ser mãe e ser pai, foi uma coisa que nos dois despertou assim uma coisa muito intensa pela positiva, são os dois aspectos, portanto, o amor e o Guilherme, são os dois aspectos mais importantes”.

Com a relação conjugal, e o seu fortalecimento contínuo, apesar de pequenas divergências pontuais, diz ter-se tornado mais responsável e mais realizada, com maior facilidade em encarar as adversidades. Gostava de passar mais tempo com Alexandre, uma vez que por estar desempregada tem muito tempo para estar sozinha, tempo que emprega para cuidar da casa, que gosta muito, fazer puzzles, ler e fazer voluntariado. Em família, sai, passeia, visita os amigos. Quando algo a chateia ou preocupa, fecha-se numa concha, e era isso que gostava de mudar, não se fechar tanto, hábito que adquiriu na família de origem, em que era a ouvinte. Como diz: “as minhas coisas são as minhas coisas e as coisas deles são as nossas coisas”.

Jorge Madeira, de Lisboa, doutorado, professor universitário, de 42 anos, casado há 16, diz que foi Manuela quem teve a iniciativa de casar, mas que esse acontecimento já estava implícito. O melhor da vida a dois, para Jorge, é a partilha, o sentimento de ser mais completo numa vida a dois, e cuja felicidade não é já só um aspecto individual mas a felicidade de Manuela passa também a ser fundamental e Jorge deseja fazê-la feliz. Com o surgimento dos filhos, a situação adensa-se, visto surgirem pessoas cuja felicidade é mais importante que a deles próprios.

“Os benefícios do casamento era termos uma vida a dois mais completa, quando se gosta de uma pessoa e se quer casar com ela, é óbvio que se quer passar mais tempo com ela e partilhar mais coisas, nesse sentido é mais estável. (...) Depois há alteração dos valores, pois passa a haver uma outra

peessoa que é muito importante e cuja felicidade passa a ser um factor importante na nossa vida. Portanto, uma pessoa passa a desejar não só ser feliz, mas também em fazer e ver o outro feliz. Quando se tem filhos a situação muda outra vez, pois passam a existir mais pessoas que se calhar são ainda mais importantes do que nós próprios, o que reordena a nossa escala de valores. São coisas com um impacto muito grande”.

De vez em quando fazem saídas a dois, possibilitadas por uma prima que fica com os filhos, em que aproveitam para ir ao cinema ou a um concerto. Quando está aborrecido é com Manuela que fala, embora confesse que mesmo assim deveria falar mais. Não sente qualquer necessidade de mudar algo no seu casamento.

Contudo, no geral, os indivíduos casados há mais de dez anos não referem já tanto o amor mas mais o companheirismo, amizade e apoio, tal como defende Torres (2000a, 2002a, 2002b) e Kauffman (1993), o que leva a que a análise incida também numa forma de perceber a conjugalidade como uma aproximação à vivência em amor, em que já não se aborda tanto a questão da partilha, do sentimento, mas mais o ultrapassar em conjunto de dificuldades e de momentos negativos, em que o companheirismo e a amizade ganham relevo. Este sentimento é mais transversal que o anterior, sendo também muito mais usual. É tão frequente em homens como em mulheres, sendo mais comum em operários casados há menos de dez anos, denotando-se que não só casaram por nutrirem pelo outro algum sentimento, mas também para atingir outros objectivos, como uma maior liberdade no caso das mulheres, e um outro estatuto de homem casado, adulto e responsável, no caso dos homens (Torres, 2000a, 2002a, 2002b). E também em profissionais intermédios de Leiria e Lisboa com durações de casamento entre dez e vinte anos e profissionais intelectuais e científicos de Lisboa casados há mais de vinte anos.

Assim, Irene Domingues, do Porto, florista, com o 6º ano, de 27 anos, casada há um, diz ter uma boa relação a dois, considerando-se mais unida ao marido desde o nascimento da filha, para além de ter conquistado mais liberdade com o casamento, e até antes com o namoro. Diz que a vida mudou para melhor, não tem aspectos que a aborreçam, e só gostava de mudar o turno do trabalho do marido, para permitir que passassem mais tempo juntos, para passarem em conjunto com a filha. Antes de conhecer o marido definia-se como uma moça triste, e agora já não.

“Para melhor, julgo eu, eu era assim uma moça triste (...) a minha mocidade foi sempre dentro de casa (...) depois namorar foi sempre melhor, mais

liberdade, coisas boas que nunca tinha tido (...) era essas coisas assim, foi as mudanças que senti.”

Marco Ferreira, do Porto, motorista com o 9º ano incompleto, de 34 anos, casado há 5, casou por alguma pressão da família de Estela, de forma a haver uma maior aceitação da relação, ao assumir um compromisso e suas responsabilidades.

“Inicialmente, foi ideia dela. Porque eu sempre tive uma ideia de casar entre os 30 e os 35. Acho que é uma idade bonita para um homem casar. Embora eu também compreendi um bocado a parte dela, em relação ao pai e não sei quê. Para uma mulher é mais complicado, não é? Então, nós já namorávamos há 3 anos, o pai já andava de volta dela e então ela começou a falar de casar, de pensar em família... Eu, na altura, não pensava muito no assunto... eu era um bocado índio (risos). Portanto, casámos e estivemos a viver 3 anos em casa dos meus pais. Num anexo”.

Raramente tem divergências com a mulher, e é com ela que desabafa sobre os seus problemas (“as minhas preocupações são as dela e as dela são as minhas”), e considera que o casamento lhe trouxe mais responsabilidades e amadurecimento.

Hermínio Matias, de Leiria, encarregado de armazém com o 5º ano antigo, de 41 anos, casado há dez, diz que o melhor do casamento é a colaboração um com o outro no bom e no mau, não apontando momentos negativos. O casamento trouxe-lhe a estabilidade que ele já desejava, tendo casado aos 30 já com vontade de assentar, porque antes saía muito com os amigos à noite.

“Eu já casei com 30 anos, já era uma pessoa madura e entendi que chegou àquela altura e devia ter outra vida mais sossegada. Que eu era um indivíduo que trabalhava, trabalhava muito, ainda hoje trabalho, mas à noite não parava, ia para aqui, ia para acolá com os colegas e desde que casei...”.

O que o aborrece é Graça trabalhar por turnos e isso algumas vezes inviabilizar passeios e momentos passados em família, pelo que também gostava de passar mais tempo com ela.

José Salvador, de Lisboa, sócio gerente de um stand automóvel com o 12º ano, 37 anos, casado há dez, considera que todos os momentos têm sido agradáveis, e que as decisões são sempre tomadas a dois, o que o fez crescer e tornar-se um homem.

“Os bons e os maus momentos têm que ser conversados, porque o casamento é uma decisão a dois (...) Trouxe muitas mudanças. Antes do casamento era um menino, era um garoto. Depois do casamento sou um homem. São coisas completamente diferentes. Foi uma decisão que se tomou e temos que analisá-la se quisermos continuar a ter uma união e uma casa como deve ser.”.

Há desentendimentos mas logo passam. Passa mais tempo a trabalhar do que com a mulher, mas todo o tempo que pode passa com Olívia. Se tivesse de abdicar de si para estar com ela abdicaria, mas quando precisa de um tempo para si ela também o concede. Sempre que podem, o que é raro, fazem saídas a dois quando a mãe de Olívia fica com as netas, aproveitando para ir ao cinema. Mas também sublinha que gosta muito de saídas familiares, não gostando de deixar as filhas, preferindo levá-las para onde forem.

“Eu também não gosto muito de deixar as minhas filhas. Se vamos almoçar fora, ou jantar, vamos com as filhas. Se vamos com um teatro, elas vão connosco. Raramente gosto de estar fechado em casa”.

Rosa Pereira, de Lisboa, técnica superior de 2ª classe, licenciada em relações internacionais, com 35 anos, casada há dez, diz que os momentos positivos da sua relação conjugal são o apoio que dão um ao outro, as viagens e os filhos. Quando veio para Portugal de Espanha sentiu-se muito sozinha e virou-se contra o marido, mas considera um momento já passado, o que reenvia para o dito por Lalande (2005), em que a percepção das relações é algo muito dinâmico, em contínua reconstrução, logo se a entrevistada tivesse respondido a estas questões nesse período certamente teria constituído uma posição diferente. Agora afirma que com o casamento se tornou mais confiante, sensata e segura.

“A minha vida tornou-se diversificada, passei a fazer mais coisas. Trouxe mais segurança em mim mesma, tornei-me mais sensata, só mudanças positivas. Principalmente maior auto-confiança”

Gostava que Pedro tivesse mais garra na vida e diz que o tempo que passa com ele é o ideal, porque também precisa do seu espaço, que preenche com os cuidados aos filhos e as actividades domésticas. O tempo que estão em conjunto é aproveitado para ir a museus, ao teatro e ao cinema, ao parque com amigos, mas actividades vocacionadas para as crianças. Geralmente, quando está tensa ou preocupada, é com ele ou com duas amigas que desabafa.

Filipa Bento, de Lisboa, distribuidora de alimentação personalizada, actualmente desempregada, com o 11º ano, 48 anos, casada há 28, casou por pressão do pai, depois de três anos de coabitação e do nascimento da primeira filha. O mais positivo na conjugalidade é o amor por Amadeu, é nele que Filipa deposita tudo, mesmo as divergências são desvalorizadas.

"Momentos positivos tivemos muitos e continuamos a ter, porque tem uma coisa muito importante entre nós. Eu considero que ele é o meu irmão, o meu amigo, o meu pai, o meu confidente, o meu companheiro, o meu tudo".

No entanto, talvez devido à trombose do marido e ao seu desemprego, ela preferia por vezes não ter ninguém, nem marido nem filhos. Quando está aborrecida, explode, quer com marido quer com filhos, o que mudou de há uns anos para cá, talvez fruto do seu desemprego e da trombose do marido, visto que anteriormente era mais calma. Sendo isto que gostava de mudar na sua relação, se pudesse, voltar a ser como antes: mais calma. Contudo considera que o casamento foi positivo na sua vida.

Margarida Pestana, de Lisboa, professora de música, com bacharelato, de 48 anos, casada há 30, casou porque o marido veio da tropa e sentiu necessidade de constituir família, e sentiram que o que queriam fazer na vida queriam fazer a dois. Diz que os melhores momentos foram o nascimento dos filhos e que nos piores momentos é que eles se tornam mais unidos, cúmplices e amigos (mais uma vez o amor substituído pelo companheirismo).

"(...) tem piada porque é nos piores momentos, em que temos problemas financeiros ou profissionais, são precisamente os momentos em que ficamos mais cúmplices e amigos."

Marcada pelo 25 de Abril, disse que os ideais da liberdade eram os que queria para ela e também nisso convergiram. Quer passar mais tempo com Edgar, para poderem voltar a passear e a jantar fora. Quando tem algum problema geralmente conversa sobre ele com o marido, só não o faz quando acha que não vai resolver nada.

Depreende-se pelos casos analisados que os indivíduos com uma percepção positiva da sua conjugalidade desenvolvem, no seu processo identitário, construções e reconstruções positivas do eu, sendo que a sua relação com o cônjuge e com a família nuclear em geral lhes permitiu tornarem-se mais responsáveis, adultos, calmos, realizados e até mesmo felizes. Preferem, se possível, articular o seu espaço e o seu tempo, com o espaço e o tempo conjugal e familiar, aproveitando para um quotidiano em conjunto, mas que também salvasse e preserve a sua identidade, alguns sentindo não ter necessidade do seu espaço por este ser o espaço de ambos. São também, no geral, indivíduos que em momentos de tensão, preocupação ou conflito se dirigem ao cônjuge para dialogar e partilhar sentimentos, sendo que alguns (maioritariamente homens) não o fazem por dizerem-se muito fechados e preferirem resguardar-se, pelo

menos nos primeiros momentos. São também estes indivíduos que, nos seus desejos de mudança, dizem que a relação está bem como está, não havendo o sentimento de necessidade de uma mudança ou então se a apontam é no sentido de terem mais tempo para os dois, cimentando e fortalecendo a relação.

...Ou sentir-se sufocado

No outro extremo do continuum está o sentimento de sufoco ou de saturação para com a conjugalidade, para com as suas responsabilidades e sobrecarga de trabalho. No entanto, há que realçar, desde já, que neste extremo é visível uma diferenciação de género. Passo a explicar. Os homens raramente assumem uma posição de extremo, aproximam-se muito mais da sensação de alguma liberdade condicionada, de alguma restrição nas saídas nocturnas com os amigos, no condicionamento de decisões pessoais e individuais e também de restrições financeiras, não chegando no entanto à sensação de prisão. Já as mulheres, por um lado, por se sentirem sobrecarregadas com as exigências profissionais e familiares (Singly, 1987, 1996, 2000; Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b), por outro, por lhes serem atribuído o domínio dos afectos (Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b), definem mais claramente a sua posição.

Os homens expressam com alguma facilidade o sentimento de terem perdido a possibilidade de sair mais com os amigos ou mesmo sozinhos à noite e de tomar decisões individualmente, mas não o expressam tanto com uma sensação de sufoco. Consideram-na uma inevitabilidade da maturidade e do casamento, para o que já estavam preparados e cujo movimento foi gradual. Parte também da responsabilização de ter uma família e filhos, que muito prezam. Este sentimento perante a conjugalidade é frequente em qualquer duração de casamento, mencionado em todas as regiões em análise, mas com destaque no Porto, talvez devido a uma maior tradicionalização e institucionalização dos papéis de género, e consoante a fase conjugal assim é mais frequente numa ou noutra classe social. Sendo que no tempo de instalação é mais comum nos operários e profissionais intelectuais e científicos, no tempo das transições ou das mudanças é mais notório nos profissionais intermédios e no tempo da conformação ou realização pessoal voltam a distinguir-se os profissionais intelectuais e científicos juntamente com os profissionais intermédios.

Valter Sousa, de Lisboa, pintor de automóveis, com o 6º ano incompleto, 37 anos, casado há oito, sentiu a sua liberdade ser restringida, mas considera que assim é que tem que ser e diz-se feliz por saber que é uma causa justa. Diz valer a pena estar ao pé das filhas, em vez de estar com os amigos.

“Por mais que não se queira, há sempre alterações. Saídas, por exemplo. Eu em solteiro não tinha que dar justificações quase a ninguém, e agora não é assim. Agora para sair tenho de dizer para onde vou, e acho bem. E em relação à vida que fazia lá fora, era muita e agora passa a ser menos. Assim é que é, penso eu. Quando falo em vida conjunta, penso que há sempre mudança nas nossas personalidades. Antes convivía mais tempo, e agora não. Sinto-me bem com a mudança, sinto-me feliz, e agora sei que é uma causa justa. Vale a pena. Em vez de estar no café a conversar com os amigos, estou aqui ao pé das minhas filhas”.

De realçar que não faz menção a Carla, não afirma que vale a pena passar menos tempo com os amigos para estar mais tempo com ela, até porque pensa passar mais tempo sem a mulher, e diz que assim está bem. Em casa está com as miúdas enquanto a mulher faz o jantar, em conjunto vêm televisão, denotando-se um quotidiano segregado apesar de partilharem o mesmo espaço. O que deixa prever que quando algo o aborrece ou preocupa, não fala com Carla, vai antes ao café beber um café ou um rum. No entanto diz que não mudava nada na sua relação conjugal.

César Lourenço, do Porto, engenheiro informático, analista de sistemas, 40 anos, casado há nove considera o casamento enquanto uma consequência lógica do namoro, e apesar de Edite ter dito que ele foi como que pressionado a marcar a data, ele não o refere e diz que iniciativa foi sua. Para César, o positivo foi tudo o que conseguiram conquistar e tudo ter corrido como planeado. As filhas têm sido as maiores felicidades e encarou a restrição na sua liberdade, mudança de hábitos e horários e o aumento de responsabilidades como algo natural. Não aponta aspectos que o aborçam, casou com 31 anos e já previa que o casamento fosse como está a ser.

“A vida muda, mas é como tudo... desde os hábitos, os horários, as responsabilidades, tudo se altera, mas acho que tudo se faz com naturalidade. (...) No seguimento daquilo que disse, sempre previ que o casamento fosse assim, tem sido tudo dentro das minhas previsões. Eu também como casei com 31, se calhar tive tempo de amadurecer as ideias e ainda nada me surpreendeu ou nada correu mal no casamento”.

Realça que nem sempre consegue tempo sozinho, é muito absorvido pela família, mas que faz tudo por amor. Dá a entender que gostava de ter mais espaço pessoal, mas diz que com o casamento é normal essa perda e que estava preparado para

isso. Sozinho acaba só por fazer as reparações na casa, trocar umas lâmpadas ou alguma peça que encrava, tudo o resto é vivido em conjunto, a ida às compras, o levar a filha mais velha à catequese.

Diniz Gouveia, do Porto, corticeiro, com 4ª classe, 42 anos, casado há 18, afirma que lhe custou bastante a adaptar a um menor ritmo de saídas e às responsabilidades de um casamento, tendo tudo sido conseguido com muito trabalho e sacrifício.

“Estava habituado a um ritmo muito grande, em termos de saídas, e isso custou-me bastante, mas fui-me adaptando, com o passar do tempo, como é normal... Tentei assumir as responsabilidades totais do casamento”.

Às vezes diz sentir uma espécie de saturação do casamento, mas que passa rapidamente.

“Por vezes, por incrível que pareça, parece haver uma certa saturação em certas e determinadas situações, mas passados 5 ou 10 minutos está tudo normal. Mas isso faz parte... do dia-a-dia de toda a gente”.

Diz não trocar os filhos por nada e dado que a mulher trabalha ao sábado, dedica o dia para estar com os filhos, com quem vai passear ou simplesmente ficam por casa. Quando está aborrecido desconta na mulher e nos filhos, mas ressalva que não é violento, apenas agressivo, o que tem vindo a piorar com o aumento do número de anos de casamento, com o maior conhecimento do outro. No entanto diz não desejar mudar nada.

Carlos Baptista, de Leiria, administrativo especialista (funcionário público) e agente de seguros em part-time, com o 2º ano do curso complementar de administração, equivalência ao 12º ano, de 45 anos, casado há dezanove, diz que teve de se adaptar a algumas restrições, mas que quem casa tem de mudar, mudar de vida ou o casamento é capaz de não funcionar.

“Eu acho que quem quer casar, quem casa por opção, tem que mudar um bocadinho, muda sempre um bocadinho de vida, porque senão mudar de vida acho que o casamento é capaz de não funcionar. E mudou muito. Pronto, eu deixei de... tenho os amigos à mesma, tenho os mesmos, tenho outros, mas há coisas que a gente deixa de fazer. Portanto, não vou tanta vez se calhar, não saio tanta vez com os amigos”.

Diz mesmo não precisar de tempo para si, o espaço para ele é o espaço dos dois, saindo para passear. No entanto também afirma que continua a sair com os amigos para

ir beber uma cerveja. Quando está aborrecido ou chateado com alguma questão é a Idalina que se dirige.

Guilherme Nogueira, de Lisboa, empresário, com o 11º ano, de 39 anos, casado há dez, sublinha o facto de actualmente já não poder ir passar fins-de-semana onde quer, já não poder pensar enquanto um indivíduo, mas enquanto um membro de uma família.

“Trouxe, na questão da minha própria movimentação como indivíduo. Hoje já não sou uma pessoa que pode decidir ir passar um fim-de-semana aqui ou ali, porque a pessoa quando está casada e tem família não pode pensar como um indivíduo, tem que pensar como família. Eu se vou para algum sítio tenho de levar a minha família, aí nota-se uma grande diferença. A responsabilidade também mudou, eu quando era solteiro pensava apenas no imediato, não tinha responsabilidades com ninguém, isso mudou com o casamento. Uma pessoa tem que pensar não sozinho, mas agora com os filhos por quatro”.

Sente falta de ter um bocadinho para ele, para manter certos hobbies, visto que cortou muito deles para estar com a família, mas simultaneamente gostava de passar mais tempo com a mulher. Quando está aborrecido gosta de ver um filme, fazer um hobby seu ou então falar com a mulher ou com amigos.

Adolfo Ramalho, de Leiria, professor do 3º ciclo e do ensino secundário, com duas licenciaturas: uma em Engenharia electrotécnica e outra em automação e robótica, também sentiu a sua liberdade de saídas com amigos condicionada, mas ressalva que não se trata de uma prisão, visto que embora passe maior parte do tempo em casa tem o seu espaço e a sua liberdade para continuar a sair com os amigos.

“Portanto, eu tinha uma vida mais solta, saía, tinha amigos, saía, corria seca e meca por aí à volta e depois não senti necessidade disso, depois do casamento Nunca me passou pela cabeça, mesmo às vezes em pequenas divergências ou grandes divergências que poderá haver o divórcio, penso que a ela também não. Não há nada que o ponha em causa. Não é uma prisão. Conheço alguns casais em que ele tem que explicar para onde vai, onde está, não sei quantos e tal, se ele se atrasa: “onde é que estás” e não sei quantos, aqui não. (...) Tenho o meu espaço, quer a minha liberdade, eu passo muito tempo em casa, ainda agora estava a lavar o carro, e é raro sair, mas às vezes quando quero ir com amigos ou sair ou com colegas meus vou, não gosto de ficar preso, isso era uma coisa que me aborrecia, exactamente”.

Diz ter o tempo suficiente para si e sentir que casou com a pessoa certa, ao conversar por vezes com colegas de trabalho.

Por fim, Victor Freire, de Leiria, bancário, frequentou o 3º ano da licenciatura de direito, 59 anos, casado há 35, sente que casado não tem a mesma liberdade, e essa foi a principal mudança que sentiu.

“Claro que houve grandes mudanças, porque quando a gente casa tem que haver mudanças. Portanto, a gente deixa de ter aquela liberdade que tinha quando era solteiro, não se pode dizer que esteja preso, mas tem uma liberdade, digamos assim, condicionada. Enquanto quando a gente é solteiro tem uma liberdade total e absoluta, portanto há sempre diferenças”.

O melhor foi os filhos (contudo também foram os que deram mais preocupações), e o pior foi a descolonização. Gostava de passar mais tempo com a família mas também ter mais tempo sozinho, para fazer as suas corridas, que acha essencial. Quando está chateado vai correr, não costuma falar muito, a não ser com a mulher, com quem desabafa.

No que se refere ao sentimento de sufoco, partilhado por um número ainda considerável de mulheres, existem diferenças causais. Para umas deve-se à sobreposição de papéis: o de mãe com o de esposa e o de profissional. Para outras deve-se exclusivamente à relação conjugal, conflituosa, problemática, possessiva e controladora.

O primeiro panorama é frequente nas mulheres casadas há menos de dez anos ou referido pelas mulheres casadas há mais de vinte mas numa retrospectiva, profissionais intelectuais e científicas de Leiria e Lisboa. Aqui provavelmente joga-se a relação entre expectativas e realidade, em que as expectativas eram mais elevadas do que a realidade permitiu, ou seja, onde elas esperariam uma maior participação do marido nas actividades domésticas ou a delegação numa empregada e chocam com a realidade da sobrecarga de trabalho. Trata-se claramente de um sentimento circunscrito no tempo, conjuntural, próprio do ciclo conjugal em que se encontram. Geralmente no tempo de instalação, nos primeiros anos dos filhos ou da vida em casal, na fase da adaptação ao outro, à vida a dois, à parentalidade, às exigências profissionais (Torres, 2000a, 2002a, 2002b). Sendo que, na maioria das vezes, esse sentimento delimitado no tempo é balanceado pela felicidade e importância da parentalidade e da própria conjugalidade, pelo que o indivíduo sente que vale a pena, ‘é uma luta’ mas recompensadora e gratificante.

Voltando ao caso de Clara Farinha, de Lisboa, que dizia ter momentos com o marido de partilha e compreensão total e que o casamento lhe trouxe uma maior confiança em si, também refere que o nascimento do filho foi uma tempestade. “(...) é óbvio que o nascimento do Guilherme é um [acontecimento]... pronto, mas isso é positivo e é negativo, porque é uma tempestade, não é?” Este é um exemplo de como a realidade não é estanque, em que ou se vive em amor ou se sente sufocado. Os

sentimentos são conjunturais, demarcados no tempo, interpenetrando-se. Por vezes o indivíduo está mais próximo de um sentimento, outras vezes está nitidamente num extremo, noutras ainda mostra cambiantes de vários sentires, de vários pensares.

Mas regressando ao sentimento de saturação, Carolina Arroiteia, de Leiria, contabilista, com bacharelato em Gestão, 33 anos, casada há dez, afirma ter-se casado por uma forte necessidade mútua de estarem mais tempo juntos. Contudo, depois foi uma série de adaptações, um sufoco, que por vezes leva a uma certa saturação, mas que ajudou a tornar-se mais madura.

“Ao princípio é aquela coisa toda muito nova. Logo quando me casei o primeiro mês e o segundo parece que não estávamos bem [adaptados]. Depois a gente começa-se a adaptar, depois vêm os filhos, no período em que nascem os filhos também há assim uma certa... pronto, é tudo novo, porque nós estamos habituados a viver um só para o outro, depois de repente é a criança e é só a criança. A gente esquece-se de nós, esquecemo-nos um bocado do marido. É um bocado assim, ele próprio também se calhar se sente um bocado à parte e também pode ser um bocado difícil. Pronto, vem a criança e depois vem a outra, mas pronto a outra já é um processo mais... mas no primeiro é que se notam mais. (...) Às vezes há alturas, e eu falo por mim, alturas que eu sinto-me um bocado sufocada, não é? Aquela rotina do trabalho e da casa, e depois é os miúdos que dão muito trabalho e aquela coisa toda e às vezes a gente sente-se um bocado saturada, não é? E às vezes descarregamos em cima de quem está mais próximo, de quem não tem a culpa. Mas é um bocado assim. E pronto, é nisso que eu às vezes descarrego um bocado ou assim, mas também eu se não o tivesse a ele era muito mais difícil. Porque às vezes uma pessoa está chateada ou por causa do trabalho ou isto ou aquilo e chega a casa às vezes só basta um abraço ou um gesto de coisa, que a gente fica logo diferente, ou uma conversa. É um apoio e acho que é muito importante, para mim é.”

Mais uma vez aqui é notório que não existe só o sentimento de sufocar, se bem que ele é muito presente. Existe também o amor pelo marido, a importância deste outro significativo na sua vida. Mas com o sufoco da família, não tem tempo para si e gostava e precisava disso, não deixando no entanto de sublinhar que não trocava a sua vida. Quando anda aborrecida, e apesar de se fechar mais, o marido também se apercebe e faz com que desabafe. O único desejo que expressa é o de ter uma empregada doméstica que a permitisse ter mais descanso, uma vez que quando tem tempo para si usa-o para tratar da casa e cuidar da filha.

Alberta Palmeira, de Lisboa, empregada doméstica, com 3ª classe, 45 anos, casada há dezoito, sente-se um pouco sufocada com o casamento, apesar de dizer que tudo foi sempre muito bonito, desde o início do namoro até ao nascimento da filha. Mas aqui nota-se nitidamente o jogo entre a realidade e as expectativas, em que estas últimas

eram muito baixas, visto que a justificação de Alberta para tudo ser muito bonito é Edmundo nunca lhe ter dado uma chapada.

"Foi tudo tão bonito... desde que eu comecei a namorar até agora. Nunca me deu uma chapada, nem nada disso..."

Contudo, e apesar de achar tudo muito bonito, refere que a vida às vezes a faz pensar que preferia ser solteira e que o marido põe e dispõe até mesmo na decoração da casa em que ele é que manda onde cada objecto deve estar. No entanto diz-se ainda muito apaixonada, uma vez que quando o marido vai trabalhar diz ficar com saudades dele.

Já Antónia Machado, de Lisboa, secretária com bacharelato de secretariado, 33 anos, casada há onze, queixa-se do ritmo muito acelerado com trabalho e filhas, não conseguindo pensar-se no outro. Agora as filhas estão mais crescidas mas foi um processo difícil, em que até deixou de ser picuinhas com a casa.

"(...) eu acho que desde que eles nascem há mais talvez negativos do que positivos. Não há tempo, é um ritmo demasiado acelerado e a gente deixa de pensar um bocado no outro e, está a ver, pensa mais nos filhos e no bem estar deles e quando chega ao fim da noite já não há pachorra para mais nada. Agora estão outra vez numa fase mais... elas estão maiores, mas foi um processo muito difícil, muito difícil mesmo"

Sentiu uma maior liberdade quando casou, deixou de ter horário para chegar a casa, mas que voltou a acontecer quando teve as filhas. Aborrece-a a pouca participação do marido, fazendo clara alusão aos papéis sociais de género, em que o homem deixa uma mãe para arranjar outra. Gostava de mais tempo com ele, mas só os dois, visto que saem sempre com as filhas para ir ao circo, ao teatro ou a museus. Pensa ter suficiente tempo para si, uma vez que conseguiu duas horas por semana para ir à hidroginástica, estando feliz com isso.

A história de Juliana Dias, de Leiria, empregada de balcão com o 6º ano, 45 anos, casada há 27, volta a mostrar a importância da relação entre expectativas e realidade para o modo como o indivíduo expressa e percebe a conjugalidade. Juliana casou com a perspectiva de uma vida melhor e teve três anos de grande felicidade. Porém, mal nasceram os filhos, esqueceram-se um pouco um do outro. Descobriu uma declaração de amor ao marido e ainda hoje se pergunta se houve traição ou não, e diz que se ele um dia admitir acaba-se tudo. Desde então nunca mais foi a

mesma. No entanto, considera que as mudanças que o casamento lhe trouxe foram para melhor, visto já não passar fome e ter uma casa. Confessa precisar muito de ter tempo e espaço para ela, uma vez que para além do trabalho pago só tem tempo para o trabalho não pago.

Regina Ramalho, de Leiria, professora do 1º ciclo (em processo de reforma), com Magistério Primário e estudos complementares (CESE), 56 anos, casada há 29, diz que o melhor foi os dois primeiros anos, porque a partir daí tudo mudou. Virou uma correria, levando-a a pensar que se fosse solteira não passaria por isso.

“...Quando veio o meu primeiro filho foi um golpe muito grande para mim. Foi logo o parto, foi um bocado difícil, e foi depois o ter que ir trabalhar sem ter ninguém; ninguém próximo, os mais próximos eram os meus sogros e são 12Km, eu não podia vir aqui. Depois tive que pôr no infantário, era o único que havia na altura e ele nem gostava, porque eram muitos miúdos, não tinham as condições que têm hoje. E eu sei que corria muito de manhã, as noites mal passadas, no outro dia tinha que ir e depois são sempre os primeiros anos que nós temos piores na nossa profissão: onde temos que nos deslocar mais, onde não temos escola perto de casa, mas penso que todas as pessoas terão os seus problemas não sei. Custou-me muito essa parte. Pronto, era muito cansativo. Depois é assim, o meu marido ajudava-me, mas não é aquela coisa de ajudar sempre, nem tinha aquele horário fixo como o meu, portanto, eu àquela hora tinha sempre que ir buscar os filhos e tinha sempre que ir às compras e tinha sempre que fazer jantar e tirar a roupa e prepara a mochila para o outro dia, levar com a roupa lavada. Parece que temos aquele encargo e para mim era um peso muito grande”.

Actualmente discutem muito menos, por já estarem numa fase de maior serenidade, em que os filhos também já são crescidos, logo eles também já não andam tão cansados. Já não sente a mesma necessidade de estarem sempre juntos, agora já vão ao café um sem o outro e diz estar bem assim, o que reenvia para o conceito de conforto de Kauffman (1993) ou de amor-construção de Torres (2000b, 2002b). Desejava assim ter mais tempo para si, sem contudo deixar de dizer que, por ela estar em processo de reforma e ele não, tem-se sentido mais sozinha e deprimida.

Por fim, Manuela Veríssimo, de Leiria, proprietária de uma empresa unipessoal na área da engenharia assistida por computador, com licenciatura em engenharia de plásticos, 43 anos, casada há 21, considera como melhores momentos o saber que tem alguém com quem pode contar e o sentir que gostam das mesmas coisas. No entanto os piores são quando há uma saturação do casamento, principalmente quando as filhas nasceram, com dois anos de diferença, o que, na sua opinião, sobrecarrega sempre mais a mulher, criando tensões na relação, apesar de mesmo assim ter tido ajuda do marido

no cuidar delas. Esses momentos de tensão juntamente com a pressão profissional criaram momentos difíceis e são esses que aponta como aspectos negativos. Agora com as filhas já maiores estão novamente a aprender a viver mais a relação dos dois, um pouco esquecida durante esses anos.

“Existem fases, esta é uma nova fase em que as filhas já estão grandes, portanto nós sentimos um bocado que se calhar estamos outra vez a ter que viver mais os dois, só os dois, como aconteceu ao princípio, isso aproxima de certa maneira, porque já não há aquela presença constante dos filhos, ter que estar, ter que tratar, pensar, etc, porque às tantas isso às vezes leva a esquecer o relacionamento que a pessoa tem; ou o não haver tempo para, para ter com a outra pessoa, pronto, é um pouco assim”.

Diz que às vezes o tempo que passa com o marido é um pouco demais, no qual aproveitam para fazer caminhadas, actividades culturais à noite, viajar. No entanto, e devido a estar em processo de reforma, o tempo que tem para si é suficiente e aproveita-o para o desporto e para ir às compras. Quando tem algum problema na maioria das vezes é com ele que fala, ou com algumas amigas.

O segundo panorama de sufoco feminino, uma minoria, é mais comum nas operárias de Leiria e Porto, casadas há mais de vinte anos, que se encontram numa posição de conflito declarado ou latente, mas em que devido a uma percepção institucional do casamento não colocam a ideia do divórcio. Dada uma visão mais institucionalizada do que é uma relação a dois, cria-se uma maior distância entre os cônjuges e a cristalização do conflito, com um sentimento de conformação e resignação, mas não a ruptura.

Carla Sousa, de Lisboa, empregada doméstica (desempregada por doença), com 9º ano, mais curso de pedicure e manicure, 34 anos, casada há nove, é uma excepção, visto ser a única entrevistada casada há menos de vinte anos que tem este tipo de percepção da conjugalidade. Casou devido a uma gravidez não planeada e é vítima de violência doméstica por parte do marido, que é alcoólico. Diz que era mais feliz se estivesse só com as filhas, sem o marido. Sente-se feliz mas apenas devido às filhas.

“Se calhar até era mais feliz tê-las a elas e não ter ninguém. Não terem pai. Era mais feliz. Mudei muito... sinto-me mais feliz por ter as minhas filhas. Era uma coisa que eu queria tanto. Sinto um orgulho tão grande das minhas filhas”.

O aspecto que aponta como negativo no casamento é exactamente o vício do marido, não querendo passar mais tempo com ele, uma vez que está mais descansada

quando ele não está. Cada vez fazem menos coisas juntos, visto que no início ela queria passar mais tempo juntos, mas agora já não. De lembrar que ele sentira uma restrição na sua liberdade com o casamento, mas que sentia valer a pena ficar em casa para estar com as filhas, nunca fazendo referência à mulher. Quando Carla se aborrece tem tendência a explodir e adora quando tem de sair de casa para tratar de papelada da segurança social.

Armanda Serra, de Leiria, empregada doméstica, com o segundo ano do ciclo, 46 anos, casada há 27, afirma que o único acontecimento positivo foi o nascimento dos filhos, de resto acha que não aconteceu mais nada de importante. Todos os outros foram negativos: o esgotamento e o alcoolismo do marido, cada vez se agravando mais, levando a violência doméstica (sendo que sublinha que bater nunca bateu, mas tentou matá-la a ela e aos filhos, obrigando-a a dormir com uma faca debaixo da almofada) e tentativas de homicídio.

“... [o marido] Agora não bebe, nem fuma nem nada, mas tem aqueles problemas mentais que houve uma altura que era muito mau, que ele chegou-me a afogar, andei a dormir com facas debaixo da almofada, chegou-me a por mesmo facas ao pescoço a mim e aos filhos, pronto são tudo assim, tem sido essas coisas assim, agora essas coisas já não dá, mas acho que mesmos os mais graves foram mesmo esses, a relação com os filhos e comigo, dele prontos tentar... pronto, bater nunca me bateu nem nada, mas, pronto, era essas coisas que não era nada melhor, não é? Bater não bate, mas psicológico é um bocado grave”.

Sente que se fosse solteira seria muito mais feliz, não teria uma vida tão restrita. Nota-se aqui um choque entre expectativas e realidade, em que Armanda e Vasco fizeram muitos projectos mas que depois não se concretizaram.

“Acho que sim, acho que se eu não fosse casada que vivia bem melhor. Condiciona muito a liberdade e essas coisas assim. Pronto, enquanto se é solteiro faz-se assim um coiso diferente, muitos projectos, muita coisa, depois a gente casa-se, se tem alguém ao lado consegue seguir, é isso que eu penso, se não tem ninguém, se a gente puxa para a frente o outro puxa para trás nunca chega a lado nenhum, é o que acontece aqui, puxa um para cada lado”.

Passa mais tempo sem ele e prefere assim, dizendo não aguentar de outra forma. Tem tempo para ela mas não aproveita, dado que todo o seu tempo é dedicado à casa e à horta. Mesmo os tempos livres do casal são em separado. Quando existe um conflito conjugal, não desabafa com ninguém, casou contra a vontade da família e não quer preocupá-los apesar das irmãs já lhe terem oferecido ajuda. Nos seus desejos de

mudança disse que gostava de se dar bem com o marido, de terem uma vida de casal como vê nos outros.

Aurora Monteiro, do Porto, costureira, com 4ª classe, 56 anos, casada há 36, diz que foi um amor muito puro que os levou a casar, tendo a iniciativa sido mais dele que gostou muito dela, uma rapariga simples. O pior foi quando ele não saía da taberna. Aqui mais uma vez se torna visível a relação entre expectativas e realidade e a institucionalização da conjugalidade dos operários casados há mais de vinte anos, quando afirma que, mesmo quando não saía da taberna, era um bom pai e marido, um bom chefe de família, porque nunca lhes faltou com nada.

“Isso de ele ir assim para a taberna, foi uma fase chata, mas nunca me faltou com nada (...) dava-me sempre para governar a casa e não faltar nada aos meus filhos...”

Contudo Aurora não deixa de sentir que a vida de casada é uma vida de mais cansaço, sentindo muito a diferença porque era imatura quando casou. Aborrece-a o excessivo trabalho do marido que leva a que a família se sinta posta de lado. Gostava de ter mais tempo com ele, porque tendo o marido em casa é um gosto para ela, ir passear de carro. Sozinha, todo o seu tempo fora de trabalho profissional, é a cuidar da casa e da família.

Ao se distinguir estas três formas de encarar a conjugalidade enquanto uma restrição à sua individualidade, quer seja por condicionalismos nas suas saídas com amigos, quer seja pela sobrecarga sentida devido às responsabilidades familiares, maternais e profissionais, quer seja por maus tratos e fases difíceis de conflito com o cônjuge e vícios, denota-se uma importante diferença. Os homens são bastante menos críticos quanto à sua vida de casal, referindo que sempre souberam que casar era sinónimo de responsabilidade e que como tal também reconheciam que quando o fizessem teriam de ceder um pouco do seu tempo e espaço. No entanto, é preciso realçar que são menos críticos, porque apesar de sentirem um condicionamento na sua vida, isso não invalida que continuem a sair com os amigos e a terem o seu tempo e o seu espaço, permitindo-lhes assim ter uma percepção positiva desse seu esforço como sendo algo produtor de realização pessoal, tornando-os homens, fazendo-os crescer. Já as mulheres são mais queixosas e críticas, o que se reflecte na referência aos momentos negativos, às mudanças que gostariam de ver efectuadas na vida de casal e aos aspectos que apontam como negativos no casamento. Mas é preciso dizer-se que é a elas que lhes

cabe ainda a esmagadora maioria do trabalho não pago, retirando-lhes grande parte do que poderia ser tempo dedicado a elas, para seu próprio usufruto. Assim, são sobrecarregadas com tudo o que diz respeito à manutenção de um lar. E não só! De uma família, uma vez que ainda sentem caber-lhes a elas o papel de coesão familiar, muitas vezes em detrimento do seu próprio processo identitário. Muitas vezes quando o próprio cônjuge as incentiva a tirarem um pouco do seu tempo semanal para si sentem-se culpadas e negligentes para com a sua família. Para a maioria delas, este sentimento e esta percepção tem um cariz apenas conjuntural e elas sentem-se cansadas e saturadas, mas ainda assim felizes e realizadas, sem consequências negativas para a sua construção identitária. Mas no caso das últimas três entrevistadas, essas consequências acabam mesmo por se verificar, tornando-se tristes, nervosas e mesmo deprimidas, fruto de violências, conflitos e agressões físicas, verbais e emocionais.

Conclusões

Pretende-se agora dar resposta às questões colocadas inicialmente, ou seja, de que forma os indivíduos sentem, percebem e vivem a sua relação conjugal e de que forma esse sentimento influencia no seu processo contínuo de construção identitária, se essas representações são algo estanque e cristalizado ou, pelo contrário, impregnado pelo cariz relacional e dinâmico e que diferenças regionais, de classe e de género dão contornos a esta relação entre percepções e identidade.

Existem então, tal como se verificou no decurso do artigo, uma multiplicidade de sentimentos perante a vida a dois, colocados num continuum desde um extremo em que o indivíduo sente que vive em amor, em que partilham e negociam, em que têm um quotidiano conjugal e familiar mas em que também se resguarda o espaço identitário do outro, até ao pólo oposto em que o indivíduo se sente esmagado perante a dificuldade e o peso de se viver a dois, com uma sobrecarga de trabalho, de responsabilidades ou com a invasão do seu espaço e tempo pessoal e individualizado. E estas formas de perceber a conjugalidade não são rígidas ao longo de toda uma relação, são conjunturais e demarcadas no tempo, isto porque tal como refere Lalande (2005) o significado que a família, ou neste caso, o casal, assume para o indivíduo é variável, visto tratar-se de uma realidade relacional, dinâmica e possuidora de ciclos

circunscritos numa realidade social e cultural (Kauffman, 1993, 2002; Torres, 2000a, 2002a, 2002b).

O modo como o indivíduo sente e percebe a conjugalidade influi no modo como a vivem. Isto é, se a vêm de forma positiva, se sentem a partilha, o amor, o companheirismo que os une, tendem a querer consolidar e fortalecer a relação, ao viver momentos a dois e desejar vivê-los, muitos desejando inclusive mais tempo com o cônjuge, tempo de qualidade a dois. Enquanto que os indivíduos que sentem a sua liberdade condicionada ou saturada com as responsabilidades profissionais, familiares e parentais, mais facilmente expressam necessidade de ter o seu tempo e o seu espaço, desejando ter mais tempo para si, o que não invalida o desejo simultâneo, nalguns casos, de continuarem a passar muito tempo com o cônjuge e a família. Contudo, os indivíduos que se vêm numa relação conflituosa ou problemática, com um conflito declarado ou latente, afirmam não querer mais tempo conjugal, sendo tanto melhor quanto menos existir.

Isto também devido às influências que efectivamente existem entre a percepção em relação à conjugalidade e a construção identitária do indivíduo. Os que sentem viver em amor, numa visão mais profunda ou mais atenuada, sentem-se, desde o início da vida a dois, mais calmos, realizados e felizes, logo o desejar maior presença e convívio no quotidiano é um reforçar dessa identidade positiva. Os indivíduos em relação difícil tendencialmente revelam-se mais nervosos e deprimidos, logo um maior contacto entre os cônjuges seria o prolongar de uma dor e de um sofrimento. No entanto, os indivíduos que se caracterizam por um cansaço em relação ao casamento, devido à sobrecarga de trabalho ou o indivíduo que se viu limitado na sua liberdade individual, apesar de desejar mais algum tempo para si, não tem necessariamente uma consequência negativa na sua construção identitária. Isto porque geralmente, sendo uma percepção conjuntural, têm noção de que é uma fase e que vai ser ultrapassada e que este esforço demarcado no tempo é um sacrifício que vai valer a pena.

Nestas percepções e avaliações também se verifica o jogo entre expectativas e realidade, sendo o indivíduo tão mais crítico na sua percepção quanto maior for a diferença entre o que esperava e o que tem. Ou seja, seria de esperar que quanto menor a distância entre ambos melhor seria a sua percepção da conjugalidade. No entanto, a relação não é assim tão linear, uma vez que nem sempre essa curta distância se reflecte num sentimento de realização ou de felicidade. Aliás, como vimos, duas mulheres,

operárias, referiram expectativas algo baixas, dizendo que os respectivos maridos era bons maridos e bons pais porque ou nunca lhe batera ou porque apesar do vício nunca faltara com nada em casa, e isso não se repercutiu num sentimento de felicidade. A tendência verifica-se mais fortemente no sentido inverso, ou seja, quanto maior a distância entre expectativas e a realidade, sendo as expectativas mais elevadas, maior o sentido crítico do indivíduo face à vida conjugal, como também se verificou em algumas mulheres, principalmente profissionais intelectuais e científicas, que esperavam uma maior participação dos maridos em casa, o que não se verificou e isso levou-as a algum sentimento de insatisfação perante o marido.

Assim, como foi perceptível ao longo do artigo, o género desempenhou um importante peso diferenciador entre percepções, uma vez que ainda hoje homens e mulheres desempenham diferentes papéis no seio da vida conjugal e familiar (Kauffman, 1993; Singly, 1987, 1996, 2000; Torres, 2000a, 2000b, 2002a, 2002b).

Desta forma, as mulheres polarizam-se mais na sua representação da vida a dois. Foram elas, profissionais intelectuais e científicas, que esmagadoramente se definiram enquanto vivenciando uma forma de vida em amor, na sua vertente mais marcada e profunda, para quem o amor se tornou o sustento da relação, tal como defendido na modernidade (Singly, 1996, 2000; Beck, Giddens e Lash, 2000; Torres, 2002a, 2002b; Aboim, 2005c). Apenas a forma mais atenuada é partilhada pelos homens, aqui de forma equilibrada com as mulheres, sendo que é mais comum nos operários casados há menos de dez anos, o que indicia uma desinstitucionalização da sua percepção da conjugalidade, em que o amor começa a ganhar importância; nos profissionais intermédios com duração de casamento entre dez a vinte anos e nos profissionais intelectuais e científicos casados há mais de vinte anos, que reflectem a relação entre uma maior modernização em relação aos operários, uma vez que foram impregnados mais precocemente pelas transformações culturais e valorativas da modernidade e por uma atenuação do sentimento de amor e paixão com o avançar da relação nas suas fases conjugais (Kauffman, 1993; Torres, 2000b, 2002b).

Também foram esmagadoramente mulheres, e mais uma vez profissionais intelectuais e científicas, que se mostraram saturadas e sufocadas com o que a vida conjugal implica: as responsabilidades profissionais, conjugais e familiares, sendo aqui importante para explicar este cariz crítico a maior exigência e maiores expectativas por parte das mulheres licenciadas de uma maior igualdade e paridade no trabalho não pago,

que não se efectivou, ou pelo menos não na dimensão que esperavam. Mais uma vez, os homens, transversal no que considera à classe social, surgem na versão atenuada deste sentimento, em que sentem que a vida em casal lhes retirou liberdade de acção, de decisão e financeira.

O sentimento de anulação de si numa relação conflituosa, possessiva e problemática constitui uma excepção, sentida apenas por operárias, que encaram a união como algo a ser mantido mesmo que em detrimento da sua vontade e do seu processo identitário.

De referir apenas que, conjuntamente com percepções mais atenuadas da vida em casal, os homens tendencialmente também referem menos reconstruções identitárias com o casamento, talvez por o seu processo identitário ser mais independente da família e mais dependente do campo profissional (Giddens, 1993), enquanto que no caso da mulher a sua construção identitária e o seu percurso pessoal é marcadamente definido pela sua trajectória familiar (Singly, 1987, 1993, 1996, 2000; Giddens, 1993).

No que às regiões diz respeito, denotou-se por parte de Lisboa uma maior importância dada ao amor, em todas as durações de casamento, mas também algum sentimento de perda de liberdade individual e de sobrecarga feminina, nos primeiros anos de casamento. Já Porto revela uma expressão mínima na valorização do sentimento, a não ser no tempo de instalação e nos profissionais intelectuais e científicos, mais modernos; mas uma maior prevalência no sentimento de perda e de saturação, transversalmente nos ciclos conjugais. Leiria destaca-se por uma percepção mais crítica da conjugalidade, tanto no maior número dos indivíduos sufocados e saturados com a conjugalidade e que sentiram o seu espaço pessoal invadido (mais a partir dos 20 anos de casamento), como no menor número dos que se sentem a viver em amor, encontrando-se mais na visão atenuada.

Assim, pode-se concluir que existe uma importante relação, não determinista mas condicionante, entre a percepção e o sentimento perante a conjugalidade e a forma de a viver e, conseqüentemente, entre estas e o resultado do processo de construção e reconstrução identitário do indivíduo. Contudo, esta relação é dinâmica e relacional, nada sendo estanque, tudo sendo fluido, como bem refere Deolinda Pires, de Leiria, assistente administrativa especialista (funcionária pública), com 7º ano (antigo) – Curso complementar de secretariado e relações públicas, 45 anos, casada há 25:

“Às vezes uma pessoa pensa ‘já estou farta de ti: vai-te embora não me chateies que eu estou farta de ti, estou farta de te aturar’. Outras vezes o tempo é pouco para estar com ele. Tem de tudo um pouco, tem altos e baixos, tem alturas em que nos apetece mais estarmos sozinhos, há outras alturas que nos apetece mais estarmos acompanhados”.

Referências bibliográficas

ABOIM, Sofia, ‘A formação do casal: formas de entrada e percursos conjugais’ in WALL, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal – Percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 85-116

ABOIM, Sofia, ‘As orientações normativas da conjugalidade’ in WALL, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal – Percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 169-229

ABOIM, Sofia, ‘Dinâmicas de interação e tipos de conjugalidade’ in WALL, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal – Percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 231-302

ABOIM, Sofia (2006), *Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

BECK, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a new society*, London, Sage publications

BECK, Ulrich e Elisabeth Beck-Gernsheim (1995), *The normal chaos of love*, Cambridge, Polity Press

BECK, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash (2000), *Modernização reflexiva*, Oeiras, Celta

GIDDENS, Anthony (1993), *The transformation of intimacy. Sexuality, love & eroticism in modern societies*, Cambridge, Polity Press

KAUFFMAN, Jean-Claude (1993), *Sociologie du couple*, Paris, Presses Universitaires de France

KAUFFMAN, Jean-Claude (2002), *O labirinto conjugal – o casal e o seu guarda-roupa*, Lisboa, Editorial Notícias

LALANDA, Piedade, ‘Transições familiares e identidade das mulheres’ in WALL, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal – Percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 363-391

SINGLY, François de (1987), *Fortune et infortune de la femme mariée. Sociologie de la vie conjugale*, Paris, PUF

SINGLY, François de (1993), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Nathan

SINGLY, François de (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan

SINGLY, François de, ‘O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar’ in PEIXOTO, Singly e Cicchelli (org.) (2000), *Família e individualização*, Rio de Janeiro, FGV Editora

TORRES, Anália Cardoso (2000), *Sociologia da família e do Casamento*, Lisboa, Celta

TORRES, Anália Cardoso, ‘A individualização no feminino, o casamento e o amor’ in Peixoto, Singly e Cicchelli (org.) (2000), *Família e individualização*, Rio de Janeiro, FGV Editora

TORRES, Anália Cardoso (2002), ‘Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos’, *Análise Social*, vol. XXXVII (163), pp. 569-602

TORRES, Anália Cardoso (2002), *O casamento em Portugal*, Oeiras, Celta Editora